



SALAZAR E O PODER

A ARTE DE SABER DURAR

Fernando Rosas

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXII

Índice

© 2012, Fernando Rosas
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Salazar e o Poder:
A Arte de Saber Durar*
Autor: Fernando Rosas
Revisão: Raquel Ribeiro
Composição e capa:
Tinta-da-china

1.ª edição: Novembro de 2012

isbn: 978-989-671-140-5
Depósito Legal n.º 351291/12

Nota prévia.....	II
Introdução	13
CAPÍTULO I — Salazar e a política	21
A «política da desordem».....	25
A «política nacional»	32
«O maior problema político da nossa era»	39
CAPÍTULO II — Tomar o poder	47
Três mitos sobre o «28 de Maio»	54
<i>O mito da intervenção salvífica do Exército (ou das Forças Armadas) como corpo ou instituição animada por uma inteligência estratégica enquanto tal</i>	<i>56</i>
<i>O mito de que a República liberal caiu facilmente e sem luta nem apoio social ou político</i>	<i>64</i>
<i>O mito do passeio triunfal do «28 de Maio» ao advento do Estado Novo</i>	<i>70</i>
Passo a Passo	74
<i>Primeiro passo: derrotar o reviralhismo e o movimento operário</i>	<i>77</i>
<i>Segundo passo: transmutar-se de «mago das finanças» em chefe político da contra-revolução</i>	<i>88</i>

<i>Terceiro passo: afastar os militares republicanos da chefia do Governo e da Ditadura</i>	94	A cumplicidade da Igreja católica:	
- <i>O papel fulcral do general Carmona</i>	97	um neo-regalismo funcional	257
- <i>Andamento inicial: atacar e derrotar os militares republicanos. A «clarificação política» (1928-1930)</i>	99	<i>A «união moral» da Igreja católica com o Estado Novo (1926-1958)</i>	261
- <i>Contra-andamento: negociar com os militares republicanos. Salazar na Presidência do Ministério (1930-1932)</i>	108	<i>A rotura na «frente nacional» (1958-1968)</i>	271
<i>Quarto passo: o acordo final com os militares republicanos e a institucionalização do regime (1932-1934)</i>	122	O corporativismo enquanto regime	281
<i>Quinto passo: disciplinar e integrar o nacional-sindicalismo</i>	134	<i>O corporativismo enquanto doutrina e as suas ambiguidades</i>	283
<i>Sexto passo: unir, numa força só, as várias direitas da direita</i>	142	<i>A reacção corporativa e o seu contexto histórico</i>	287
Um Chefe, um Regime, um Povo	157	<i>O corporativismo como instrumento de controlo e «disciplina» social</i>	293
<i>A obra e o seu contexto:</i>		<i>A organização corporativa e a regulação económica: a política no comando</i>	299
<i>«Que o Ditador fale ao Povo»</i>	159	<i>Fascismo e corporativismo, durabilidade</i>	309
<i>Pôr fim às «dúvidas acerca do homem»: um Chefe</i>	165	O projecto totalitário: o salazarismo e o «homem novo».....	318
<i>Pôr fim às dúvidas acerca da viabilidade do Estado Novo: um Regime</i>	170	<i>Os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo. As «verdades indiscutíveis» do Ano X</i>	321
<i>Regenerar a alma da nação contra ela própria: um Povo</i>	176	<i>«Resgatar as almas». Os aparelhos de propaganda e inculcação ideológica do regime</i>	328
CAPÍTULO III — Saber durar	183	<i>Da enunciação à modelação: o «espírito» como «matéria-prima»</i>	335
A violência	190	<i>A Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra: a adaptação do projecto totalizante</i>	341
<i>A violência preventiva</i>	196	<i>Estado totalizante e Igreja católica</i>	348
<i>A violência punitiva</i>	202	Algumas conclusões	353
O controlo político das Forças Armadas	211	Bibliografia	359
<i>Finalmente, mão forte sobre o Exército (1936-1937)</i>	212		
<i>A crise do fim da guerra (1945-1947)</i>	221		
<i>O «terramoto delgadista» e a queda de Santos Costa (1958)</i>	236		
<i>O último susto: o putsch falhado de Botelho Moniz (Abril de 1961)</i>	246		

Dedico este livro

À Raquel, porque sem ela o não teria feito.

*À Leonor, minha filha mais nova
que cresceu muito depois disto.*

À Inês, a neta que nasceu enquanto eu o escrevia.

Nota prévia

Agradeço à Barbara Bulhosa e à Tinta-da-china terem-me convencido a escrever este livro, onde tento ajustar contas, arrumando ou rearrumando ideias e dúvidas, com um estudo a que me dedico com empenho especial, vai para 30 anos.

O meu reconhecimento, também, à Dr.^a Cristina Sizifredo, pela dedicação e competência com que acompanhou a produção deste trabalho.

À Raquel não lhe agradeço, porque as coisas que se fazem em conjunto partilham-se. Este livro também lhe é dedicado.

FERNANDO ROSAS
Rio de Janeiro, Outubro, 2012

Introdução

A razão pela qual resolvi escrever este livro é basicamente a mesma que há 30 anos me levou ao estudo da história contemporânea em geral e da história do Estado Novo em particular (a qual, diga-se de passagem, nessa época praticamente não existia): tentar perceber as razões da durabilidade do regime salazarista, a mais longa ditadura da Europa do século xx. Precisando: 48 anos de ponta a ponta (1926-1974), metendo nesse transcurso a Ditadura Militar (1926-1933), o Estado Novo salazarista que dela saiu (1933-1968) e a ponta final do marcelismo, que não é objecto deste livro (1968-1974). Se quisermos considerar só o período de Oliveira Salazar como chefe do Governo, teremos 36 anos ininterruptos de ditadura do presidente do Conselho, entre Julho de 1932 (Salazar já levaria então quatro anos de ministro das Finanças¹) e Setembro de 1968. Nesse ano, na sequência da célebre «queda da cadeira», Américo Tomás, então presidente da República, declara a «incapacidade física permanente» de Salazar, demitindo-o e substituindo-o por Marcelo Caetano.

Para entender este fenómeno de durabilidade, foi-se tornando para mim claro que as explicações simplistas, mais ou menos decorrentes do senso comum, eram simultaneamente as mais ideológicas e as menos esclarecedoras.

¹ E também, interinamente, das Colónias entre Abril e Julho de 1930.

Por exemplo, defender que o regime durou porque teve o apoio continuado da maioria da população, além de não ser verdade, é ficar pela pura aparência das coisas. Tudo é bem mais complicado. É certo que o salazarismo contou sempre com o indefectível apoio das classes dominantes. Os lavradores abastados do norte e centro do país, os latifundiários dos campos do sul, a banca, os grandes comerciantes coloniais ou de *import-export*, os fulgurantes «capitães da indústria» e os grupos económicos a que a fusão de uns e outros foi dando lugar, sabiam bem o que deviam ao Estado Novo. Tinham prosperado e crescido à sombra das pautas umbrosas, da cartelização corporativa, do condicionamento industrial, das concessões oligopolistas ou de monopólio, da proibição das greves e dos sindicatos livres, da protecção das polícias e das guardas. Nunca lhes faltaram, até ao ocaso do ditador, com o seu apoio. Estou em crer que é um exercício votado ao fracasso quase certo procurar encontrar alguém do núcleo duro da oligarquia envolvido em conspirações, oposições ou sequer manobras políticas que desafiassem a segurança do regime ou a sua chefia durante o consulado salazarista.

Mas é igualmente certo que o mesmo já se não passou com o vasto campo social das classes intermédias. Nos seus sectores superiores (a pequena e média indústria e comércio, os quadros do funcionalismo público e corporativo ou das empresas, as profissões liberais, os intelectuais, os estudantes), sobretudo na restrita mas influente pequena burguesia urbana, os comportamentos políticos maioritários são bem mais oscilantes: de aceitação do regime (o apoio activo é quase sempre mais restrito e pouco espontâneo) nos períodos de grandes medos (o medo das «bombas» e da «desordem», nos alvares dos anos 30; o medo da «Espanha vermelha» durante a Guerra Civil de Espanha; o medo do «comunismo russo» na fase mais dura da Guerra Fria, na transição dos anos 40 para o início dos anos 50); até à crítica ao regime e à viragem para

as oposições anti-salazaristas nas épocas de graves carências associadas às grandes mudanças internacionais (é, tipicamente, o caso do fim da Segunda Guerra Mundial) ou de grandes expectativas de melhoria de vida tidas como alcançáveis (como a campanha de Humberto Delgado em 1958 e as suas ondas de choque até 1961/62). Neste seu balançar se definem, aliás, as grandes crises políticas do regime salazarista: a crise do fim da guerra e o sucesso do Movimento Unidade Democrática (MUD) em 1945/46 são incompreensíveis sem essa significativa «transferência» de apoios das classes médias urbanas do regime para as oposições, quando a erosão do seu estatuto social sob os efeitos da economia de guerra se alia à convicção de que nada iria ficar como estava com a vitória dos Aliados sobre o Nazi-Fascismo.

E a grande crise aberta pelo *delgadismo*, em período de arranque da industrialização e do crescimento económico, exprime a revolta destes e de outros sectores injustiçados pela desigualdade da distribuição em época de prosperidade e a convicção da real possibilidade da sua correcção, mais ou menos pacífica, pelo desassombro de um jovem general oriundo das fileiras do regime, mas «americanizado» pela sua passagem pelos EUA e pela NATO.

«Segurar» esta oscilação dos sectores superiores das classes intermédias era decisivo para a estabilidade do regime. Porque as suas camadas mais pobres (o campesinato semiproletário, os proletários semicamponeses, e os artesãos proto-industriais, a legião de minúsculos lojistas e vendedores ambulantes, os pequenos funcionários, empregados, caixeiros, marçanos, etc.), essa multidão empobrecida de proletarizações adiadas estava quase sempre colada ao pólo oposto da oligarquia — o proletariado industrial moderno (os operários industriais que viviam só do seu trabalho, os assalariados agrícolas e outros trabalhadores assalariados) —, numa hostilidade e resistência permanente ao regime, surda, na melhor das hipóteses, particularmente activa e decisiva, nas épocas

de crise. Quando o regime não conseguia «agarrar» as classes médias, e elas se juntavam às classes populares intermédias e ao mundo operário contra a ditadura (como nas grandes crises do fim da guerra e do *delgadismo* e as suas sequelas), este tremia nos seus fundamentos.

Quanto a este problema da durabilidade do Estado Novo, o que precisamente interessa entender é como o salazarismo alcançou esses longos períodos de estabilidade, em que lograva neutralizar, ou até convencer, sectores maioritários das classes médias e conter, ou «disciplinar», os meios populares e o mundo operário urbano. E, sobretudo, compreender porque é que, mesmo quando não conseguia, nas fases de crise, obter esse controlo e os embates políticos e sociais se radicalizavam, apesar de tudo, ele tremia, mas durava.

Se se quiser enunciar a questão de outra forma, pretende-se saber porque é que as oposições ao salazarismo, mesmo quando nos episódios de crise o isolaram e ameaçaram, nunca conseguiram derrubá-lo. E quando falo de oposições refiro-me tanto às que se reclamavam do antifascismo e estavam empurradas para a clandestinidade ou para uma semilegalidade, avaramente consentida no pós-guerra, nos períodos ditos eleitorais para a Assembleia Nacional, como às dissidências internas do regime, os seus tímidos sectores reformistas eventualmente empenhados num processo endógeno e pacífico de transição.

Da mesma forma me parece insatisfatório o argumento de sinal contrário quanto ao «saber durar» do salazarismo: só pôde aguentar-se durante mais de 30 anos devido à omnipresença constante da repressão política e policial. É certo que esse elemento é essencial: sem quase meio século de censura aos *media* e aos espectáculos, sem a supressão rigorosa das liberdades fundamentais, sem o sistema de polícias, tribunais especiais e prisões cujo vértice principal eram a polícia política e a sistemática vio-

lação dos direitos dos cidadãos, seguramente o Estado Novo não chegaria tão longe como chegou. Mas o certo é que nenhum regime se aguenta 40 anos só à custa da repressão. Complementar e previamente a ela, «economizando-a» e ao terror, há os sistemas de organização do «consenso», de inculcação da aceitação, actuando nesse terreno viscoso entre a vontade e o medo, entre a livre escolha e a intimidação, o solo, afinal, onde todos os regimes de apetência totalitária lançaram as suas mais sólidas e duradouras raízes.

A repressão é a resposta para a minoria que não respeita os sinais, as regras explícitas ou implícitas, as rotinas do enquadramento, da submissão, da conformação à ordem estabelecida. Para a maioria que é levada a obedecer, basta que se saiba que a repressão existe e que actua sobre os infractores. No salazarismo, no franquismo estabilizado, no fascismo italiano, ou no nacional-socialismo alemão antes da guerra, o controlo totalizante da sociedade, a acção dos aparelhos de inculcação e de enquadramento ideológico, se se quiser, a prevenção, foram mais decisivos do que a repressão propriamente dita na estabilização desses regimes.

Assim sendo, abordaremos neste livro quatro tópicos principais, todos eles relacionados com a problemática do poder político no salazarismo. No primeiro capítulo trataremos da relação cultural ou ideológica de Oliveira Salazar com a política (ou com as diversas formas de entender «a política») e com o poder. Assuntos sobre os quais manterá opiniões com nuances, mas essencialmente inalteráveis ao longo da sua carreira como governante e como chefe político. No segundo capítulo, abordar-se-á o processo da tomada do poder por parte da corrente salazarista dentro da Ditadura Militar e da afirmação de Salazar como chefe indiscutível do regime.

O terceiro capítulo visa, precisamente, focar o «durar no poder», os seus meios e os seus contextos históricos na longa época

salazarista do Estado Novo. Não tanto para tratar da questão descritiva e cronologicamente (o que está repetidamente feito), mas para se discutir o que suponho serem os principais factores do «saber durar»: o papel da violência preventiva e repressiva, as Forças Armadas, a Igreja católica, o corporativismo, a composição dos interesses dominantes, a apetência totalitária e o «homem novo salazarista». Finalmente, dedicar-se-á o último capítulo a procurar sistematizar algumas conclusões.

Resta referir o que este livro não pretende ser. Não é, nem quis ser, uma biografia de Oliveira Salazar, nem sequer uma tentativa de biografia parcial. As poucas obras biográficas, académicas ou não, sobre o longevo ditador redundaram, quase sempre, ou na apologia laudatória, ao jeito de história oficiosa do anterior regime; ou no predomínio unilateral dos grandes lances externos, em prejuízo da densidade e complexidade do contexto interno e da sua época, fugindo, assim, dos principais problemas que se colocam à interpretação histórica do período; ou no anedotário dos tiques ou da suposta vida privada do velho senhor, fabricando, para as hagiográficas de sinal contrário, uma espécie de *deus ex machina* pairando sobre as suas circunstâncias de espaço e tempo; ou somam-lhe frequentemente a irrelevância do seu conteúdo, fruto de um discurso «neutro» e sem riscos nem rasgos de interpretação. Nalguns casos, como se os autores tivessem sido surpreendidos pelas armadilhas inerentes ao próprio género biográfico, sem delas lograrem libertar-se. Na realidade, o lugar-comum, o descritivismo inócuo, a pessoalização descontextualizada e anódina, a hagiografia implícita ou explícita, são riscos reais do género que, no caso deste personagem, de uma forma geral, não se tem querido ou sabido evitar.

Por isso, mas admito que, sobretudo, por demérito próprio, não sou um cultor da biografia, sendo certo que magníficas biografias históricas saíram da pena de historiadores como Ian Kershaw,

Paul Preston, Pierre Milza, para referir alguns dos que escreveram sobre ditadores da época dos fascismos. Este livro não é, portanto, sobre o percurso individual de Salazar. É, simplesmente, um ensaio sobre o processo de tomada do poder pela frente política e ideológica liderada por ele, e sobre os factores históricos que explicam que o tenha sabido e podido conservar como chefe do regime e do Governo durante 36 anos consecutivos.

Se com isso puder contribuir para outras leituras da história do Estado Novo, quase sempre a meio caminho, no geral dos grandes *media*, entre o não ser e a mistificação, tanto melhor. Seja como for, a batalha pela Memória, essa, continua.

CAPÍTULO I

Salazar e a política

Nenhum problema dos que formam a trama da vida nacional pode esperar solução conveniente sem que a tenha o problema político.

A. DE OLIVEIRA SALAZAR¹

Não sendo este ensaio um estudo crítico sobre a natureza do poder político salazarista, convém que se entenda, todavia, como Oliveira Salazar, na sua marcha para o poder — um desiderato quase nunca nestes termos por ele publicamente assumido —, olhava a «política» e concebia o poder político que haveria de regenerar e integrar a Nação. Essa «Nação» que a direita organicista cria de sempre, que preexistiria ao Estado e seria afinal a sua «alma».¹

Como todos os doutrinadores, publicistas ou políticos oriundos do caldo de cultura nacionalista/decadentista, tradicionalista, contra-revolucionário, organicista, corporativo, nascido da crise dos sistemas liberais que começara a medrar nos finais do século XIX — um campo, em Portugal, onde se cruzavam, apesar das suas diferenças, o legitimismo (retomado e remoçado pelo Integralismo Lusitano) e a direita católica actualizada pelo *Munos* de Leão XIII —, como os homens desse campo e desse tempo, Oliveira Salazar tinha da «política» um duplo entendimento.

O mais imediato e vulgar, sobretudo nos anos do duro combate político e ideológico contra a Primeira República, era o do ataque e demonização da «política» e dos «políticos», entendidos como expressão emblemática dos males do «demo-liberalismo».

¹ Cf. Catroga, Fernando, «Transição e Ditadura em Portugal nos Primórdios do Século XX», in Martins, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974. Transição Política em Perspectiva Histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, pp. 83 e 84.

¹ Discurso inaugural da I Conferência da União Nacional, 9 de Novembro de 1946.

Mas a verdade é que a alternativa nacional-corporativa à «política da desordem» se fazia em nome, não da ausência de política — circunstância várias vezes verberada por Salazar ao longo da sua carreira como chefe do regime —, mas da urgência de fundar ou manter uma verdadeira «política nacional», a única que haveria de ter lugar no Estado Novo.

A «política da desordem»

Convirá talvez esclarecer que este repúdio radical da democracia, do pluripartidarismo, do parlamentarismo e, claro está, do sindicalismo, do socialismo e do comunismo por parte das direitas antiliberais, e até de alguma direita liberal, não se pode entender no quadro de um puro debate doutrinário entre diferentes opções para o futuro do país.

Ela tinha como pano de fundo, em Portugal e no Ocidente em geral, os perigosos efeitos da crise do sistema liberal oligárquico para as classes dominantes. Cruzavam-se a ameaça democratizante da massificação da política (industrialização, proletarização, organização política e sindical do proletariado industrial moderno; greves e lutas sindicais; intervenção das novas classes assalariadas emergentes na política) com a sucessão de crises cada vez mais vastas e prolongadas do sistema capitalista internacional (as crises de 1890/91, de 1921, sobretudo a Grande Depressão de 1929), a que se vieram somar em cadeia a catástrofe da Grande Guerra, a revolução bolchevista na Rússia e a onda de revoluções operárias e greves gerais que se prolongaram de 1917 até ao início dos anos 20, da Finlândia a Portugal, passando pela Hungria, pela Alemanha, a Áustria, a Itália ou a Catalunha.

Perante tão profunda subversão do mundo burguês, o velho Estado liberal e os seus parlamentos, os seus governos, os seus partidos tradicionais, pareciam colapsar na impotência. Sobretudo

nos países da Europa periférica, mais atrasados, mais dependentes e vulneráveis, onde as classes dominantes não tinham capacidade de resistir senão pela adopção de medidas drásticas susceptíveis de simultaneamente «disciplinar» duradouramente o operariado e operar uma regulação autoritária e *super partes* na vida económica e financeira. O que exigia um novo tipo de Estado, capaz de responder à crise global dessa forma radical, a única que parecia susceptível, às oligarquias periféricas, de repor expeditamente taxas de lucro e acumulação. As oligarquias dos países da periferia europeia, confrontadas com o horizonte carregado do pós-guerra, rompiam com o que consideravam ser a ineficácia e a incapacidade dos sistemas de governação liberal para responder à dupla ameaça da revolução social e da crise económica.

Procurava-se, por aproximações sucessivas de sucessivos golpes militares ou dramáticas mudanças políticas, a ditadura de novo tipo. Em 1922 e nos anos posteriores, o fascismo italiano tornara-se o paradigma pioneiro da época dos fascismos e o padrão das soluções a encontrar pelas direitas políticas e dos interesses através da superação autoritária dos sistemas liberais. Atraídas pela «eficácia» do regime mussoliniano, as direitas «fascistizam-se», unem-se em torno de plataformas políticas e ideológicas que esbatem ou arbitram as suas diferenças históricas ou os seus distintos interesses sectoriais de classe sob a hegemonia do «modelo» fascista, naturalmente adaptado ao caldo da cultura económico-social e mental de cada país. Desse processo também nascerá, como melhor se verá mais adiante, o Estado Novo.

A alternativa «estado-novista» é, pois, construída — e Salazar fará disso o seu ponto de partida em quase todos os discursos do período da Ditadura Militar e dos anos iniciais do novo regime — sobre a crítica demolidora da «política» e dos «políticos» da Primeira República (e, em muito menor grau, do constitucionalismo monárquico): «Uma palavra só — desordem — definia em

todos os domínios a situação portuguesa.» A «desordem política, financeira, económica e social». ¹ Esse era o fruto inevitável da «absoluta esterilidade da política considerada como fim em si mesma», do «erro do excesso de política» ² que decorria da «política dos partidos», das lutas partidárias e de facções, das revoluções, das intrigas, da corrupção, da balbúrdia parlamentarista e da demagogia do «povo soberano».

Mas a «batalha da ordem» que se lhe contrapunha, não se limitava a responsabilizar politicamente, declarativamente, as ideias, os «políticos» e os partidos do «demo-liberalismo», do socialismo ou do anarco-sindicalismo (e depois do comunismo) pela «decadência» e o «caos». A direita nacional corporativa, que o salazarismo reunia como corrente na ditadura, iria decisivamente mais longe. A verdadeira «Nação», a nação orgânica, fruto espontâneo e natural do ser social, era a verdadeira essência do Estado que, simultaneamente, a recebia e a construía pela sua acção tutelar de supremo representante do «interesse nacional». ³ Se essa nação, naturalmente harmónica na sua bem ordenada e hierarquizada plurifuncionalidade social, era a expressão da «ordem natural das coisas», isso só podia implicar a condenação de comportamentos social e politicamente subversivos e desviantes de tudo o que a punha em causa. Isto é, o individualismo liberal que desenraizava os homens das suas comunidades de pertença naturais, o socialismo que os lançava uns contra os outros rompendo a harmonia natural dos corpos sociais através da luta de classes, o partidarismo e o parlamentarismo que rompiam o equilíbrio das formas tradicionais de representação orgânica e corporativa. Essas eram as

¹ Salazar, António de Oliveira, *Discursos (1928 a 1934)*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, (3.ª edição) 1939, pp. 46 e 47.

² Salazar, A. de Oliveira, *Discursos. Notas Políticas (1935-1937)*, vol. 11, Coimbra, Coimbra Editora, 1945, p. 72.

³ Cf. As certeiras conclusões de F. Catroga sobre a «função pastoral e disciplinadora» do Estado na consolidação e estruturação da organicidade da nação. Catroga, *op. cit.*, p. 86 e segs.

ideologias e as políticas que atentavam contra a própria essência orgânica da nação.

A democracia e o socialismo, perversões políticas e ideológicas inopinadamente derramadas, quando fruto de uma época de trevas e caos, sobre o natural e normal devir da nação e do Estado, ofendiam o direito natural e o interesse nacional, eram heresias delituosas e antinacionais e, como tal, deviam ser criminalizadas e proibidas pelo novo poder político emergente. E iriam sê-lo.

É conveniente entender que este propósito proibicionista e repressivo que decorria do organicismo totalitário das direitas antiliberais, existindo como força crescente dentro da Ditadura Militar e alimentando-se de cada novo insucesso do reviralhismo republicano, não se conseguirá impor até à tomada do poder pela corrente salazarista, quando a chefia do Governo lhe é entregue, a 5 de Julho de 1932. Até à entrada em vigor da Constituição de 1933, apesar da sua discreta actividade pública, vários dos principais partidos da Primeira República continuavam a existir e a emitir comunicados (Partido Nacionalista, União Liberal Republicana — o PRP é encerrado em 1930). Alvo de dissolução formal e encerramento das suas sedes, só tinham sido a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e o Partido Comunista Português (PCP), pelo seu apoio e participação no movimento revolucionário de 3 e 7 de Fevereiro de 1927. Inclusivamente, como veremos, até depois de 1930, o sector militar republicano conservador da Ditadura alimenta persistentemente contactos e conciliábulo com os sectores não reviralhistas da direita republicana ligada aos velhos partidos, para se operar uma reorganização partidária no quadro de um liberalismo ordeiro e de uma República regenerada. É o triunfo do salazarismo que põe termo, de forma drástica e radical, a essas tergiversações tardo-liberais, estabelecendo definitivamente o carácter antipartidário da Ditadura Nacional e do Estado Novo que dela ia sair.

Quatro meses após os militares o deixarem finalmente aceder à chefia do Ministério, Salazar ia acabar com as hesitações e dúvidas anteriores e selar formalmente o destino dos «antigos partidos» no novo regime. Num dos seus discursos «fundadores» mais conhecidos, a 23 de Novembro de 1932, ao empossar os corpos directivos da União Nacional, anunciou peremptoriamente que «a Ditadura Nacional [...] declarou dissolvidos os partidos políticos» (o que até aí nem sequer era verdade). Eles teriam caído, «acrescentando às culpas que lhes cabiam na derrocada da nação, as responsabilidades dos prejuízos e das desgraças provenientes dos movimentos revolucionários».¹ E contrapunha: «[N]ós temos uma doutrina e somos uma força. Como força compete-nos governar [...]; como adeptos duma doutrina importa-nos ser intransigentes na defesa e na realização dos princípios que a constituem. Nestas circunstâncias não há acordos, nem transições, nem transigências possíveis.» Os inimigos de ontem que aceitarem a nova ordem «fazem um acto patriótico declarando a sua concordância e trabalhando abertamente ao nosso lado». Os que discordarem podem até ter possibilidade de o proclamar, «mas, no que respeita a uma actuação política efectiva, levá-los-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente».²

No Prefácio à primeira edição das suas entrevistas a António Ferro, em 1933, o já presidente do Conselho era ainda mais peremptório: «A bem do interesse nacional, se têm de reconhecer os agrupamentos naturais ou sociais dos homens [...] mas não forçosamente os agrupamentos da natureza e fins políticos, organizados para a conquista do poder e conseqüente açambarcamento do Estado.» Assim sendo, aos homens do Governo competiria realizar a «ideia mater de anti-partidarismo e de política nacional,

¹ Salazar, A. de Oliveira, *Discursos...*, vol. 1, pp. 173 e 174.

² *Idem, ibidem*, pp. 175 e 176.

afastando, sendo preciso, a actividade de alguns para no fim servir a todos».¹

Afinal, a Ditadura fizera-se «contra os partidos e contra o espírito partidário». Às forças políticas das oposições ao regime e aos seus quadros, à «política» e aos «políticos» da «anti-nação», era oferecida uma opção de banda bem estreita: ou a colaboração com o regime, ou a capitulação. A ameaça não poderia ser mais clara: era o fim de uma era política.

Quanto aos apoiantes da situação, o pluralismo também não existiria. Mas a política e o partido único, sim. Salazar apela aos monárquicos e aos católicos para que desistam das suas pretensões políticas particulares e das suas organizações políticas próprias, quando existissem, e se juntem na plataforma de todas as direitas apoiantes do regime que se pretendia que fosse a União Nacional. Quando António Ferro, na primeira entrevista que lhe faz, ainda sob o impacto desse discurso de Novembro, pergunta pelo destino dos «agrupamentos [que] se formarem dentro da situação», o novo chefe do Governo responde sibilamente, seguramente tendo presente o recém-constituído Movimento Nacional-Sindicalista e o turbilhão de conflitos que se multiplicavam entre a sua tropa de choque e as respeitáveis elites conservadoras locais da União Nacional: «Não os deixaremos formar. Seria a negação de nós próprios. Foi para aglutinar todas as actividades políticas que se manifestaram dentro da situação que se formou a União Nacional.»²

Salazar recorrerá sempre ao artifício de recusar a designação de «partido» ao novo partido único do regime, na realidade uma frente política das direitas políticas antiliberais e das direitas dos interesses reunidas no apoio ao Estado Novo e ao seu chefe.

¹ Ferro, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2003, p. 244.

² *Idem, ibidem*, p. 25.

Vemos assim que, apesar do repúdio e proibição liminares da «política da desordem» e dos partidos da «anti-nação», «regime sem partidos» não equivalia a «governo sem política». O Estado Novo e o Governo, como várias vezes insistirá o seu chefe, não eram um barco à deriva, um cego praticismo administrativo. Guiavam-se por uma política alternativa — «a política nacional» — e apoiavam-se num partido único (nunca assumido enquanto tal) congregador da sua base política e social de apoio: a União Nacional.

A «política nacional»

Poderá afirmar-se sem exagero do argumento que, para o elitismo conservador e contra-revolucionário que era o caldo da cultura das direitas autoritárias e corporativas que o salazarismo reunia, a verdadeira essência da «política nacional» era a despoltização e a desmobilização política.

Para o salazarismo, o imperdoável desvio da «política da desordem» ou, se se quiser, o cerne da «demagogia» democratizante, fora a massificação da política, a «adulação das massas», a «fraude da urna». Em suma, como diria Salazar, «o erro do excesso de política».¹ Precisamente, afirma-o no célebre discurso proclamatório dos «princípios fundamentais da revolução política», em Julho de 1930, a «criação do ‘povo soberano’ não deu ao povo [...] nem influência na marcha dos negócios públicos, nem aquilo que o povo mais precisa — soberano ou não — que é ser bem governado».² Ou seja, o povo não podia (não estava nem preparado nem destinado a) ser o sujeito, mas sim o objecto da política que o «escol» definia. A essência da «política nacional», ou uma das suas vertentes principais, era precisamente a ciência ou a arte de enquadrar, conduzir, conformar as massas com o «destino nacional» que lhe era fixado pelas elites seleccionadas e preparadas para tal. Significando isto que, na sua elaboração e execução, a «política

nacional» era explicitamente assumida como um privilégio político e de classe reservada às elites do regime. «Manda quem pode, obedece quem deve.»

A cultura, que a este respeito o Estado Novo, subliminarmente, sempre inculcará entre a população, é de que ela, para sua própria segurança, se devia afastar da «política» — «a minha política é o trabalho» — e deixar as decisões sobre a governação do país a quem estava, pela ordem natural das coisas, hierarquicamente destinado a esses altos desígnios.

O Estado Novo (um pouco ao contrário dos regimes fascistas nascidos de fortes movimentações da massa, como em Itália ou na Alemanha) olharia sempre com a maior desconfiança as tentativas de mobilização política das massas, mesmo para o apoiarem ou combaterem os seus inimigos, como acontecerá na conjuntura da Guerra Civil de Espanha. Salazar, nas entrevistas com Ferro, como veremos adiante, não deixará, aliás, de expressar as suas reservas à permeabilidade de Mussolini face às pressões da rua. O fascismo português, com outra história e outra lógica, gerado no terreno social e político de uma oligarquia criada pelo Estado e solidamente entrincheirada nos seus privilégios sob a protecção das Forças Armadas e da Igreja católica, nunca deixaria de ser ciosamente elitista: «Um lugar para cada um, cada um no seu lugar.» Salazar ostentará sempre uma postura paternalista, e algo infantilizadora, relativamente à «inconstância» e à «volatilidade» das massas, que a providência lhe dera como missão pastorear rumo à salvação e redenção colectivas: «[...] essa boa gente que me aclama hoje, levada por paixões momentâneas, não poderá ser aquela que tente revoltar-se amanhã, levada por outras paixões?»¹

Por isso mesmo, o povo não seria senão episodicamente chamado a grandes mobilizações ratificadoras das decisões do «chefe» em momentos críticos da história do regime — para «agradecer a

¹ Salazar, A. de Oliveira, *Discursos...*, vol. II, p. 72.

² *Idem, ibidem*, p. 91.

¹ *Idem, ibidem*, p. 190.

Salazar» no aperto do pós-Segunda Guerra Mundial ou para apoiar a opção da guerra colonial sem fim e sem saída no comício plebiscitário de Agosto de 1963. Mas, na realidade, a vontade maioritária da população nunca seria considerada como fonte legitimadora do poder e, muito menos, como sujeito produtor de decisão política. Em Setembro de 1935, numa das longas Notas Oficiosas que nessa época costumava emitir, escrevendo-as na primeira pessoa do singular, o presidente do Conselho não se coíbe de dizer: «Também me não interessa que todos me dêem razão, basta que o país saiba as minhas razões.»¹

E, no entanto, como vimos, para o chefe do regime era indiscutível «a relevância do factor político no meio português». Em várias conjunturas decisivas para a afirmação ou a defesa do regime, ele lembrará que, não obstante a despolitização geral e pretendida, a política, a tal «política nacional» e não a outra, a «agitação da vida pública», era fundamental para impor ou fazer durar o Estado Novo e, assim, salvar o país.

Logo em 28 de Maio de 1930, no mais aceso da luta intestina pela hegemonia no seio da Ditadura Militar, o jovem e já muito influente ministro das Finanças, no seu conhecido discurso da Sala do Risco, levantará a voz para operar no situacionismo ditatorial a primeira grande divisão de águas: entre os que, precisamente, entendiam que «a Ditadura nada tem que ver com a política», que era um mero parêntesis administrativo concluído o qual se restabeleceria a ordem constitucional interrompida pelo 28 de Maio (parte da direita republicana e os militares liberais conservadores) e os defensores de que «a Ditadura deve resolver o problema político» à luz de «uma doutrina económico-política, se quereis mesmo, uma filosofia». Ou seja, a Ditadura deveria conduzir ao advento de um novo regime político e social, no essencial, contrário à «demagogia e Ditadura mais ou menos parlamentar» herdada do

¹ *Idem, ibidem*, p. 104.

passado.¹ A Ditadura deveria guiar-se pela «política boa» e rejeitar o regressismo.

Também na primeira crise séria que abalará o regime, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, quando «a bandeira da vitória foi desfraldada e ficou drapejando ao vento da democracia»², por mais de uma vez Salazar se dirigirá aos quadros da União Nacional para lhes explicar que, face à vaga de críticas da Oposição Democrática, só se podia assentar a defesa do regime na política, isto é, na superioridade da política do regime para resolver os problemas da Nação: «Nenhum problema dos que formam a trama da vida nacional pode esperar solução conveniente sem que a tenha o problema político.»³ E quatro meses depois, em Março de 1947, ao dar posse à nova comissão executiva do partido único, insistirá na «relevância do factor político» na acção governativa e na organização do poder, lamentando a subalternização a que a «política» tinha sido votada pelo regime, absorvido por outras preocupações.

É ainda em nome da «política nacional», da «fidelidade a meia dúzia de princípios incontroversos» que no rescaldo do terramoto delgadista, a 1 de Agosto e, depois, a 6 de Dezembro de 1958, verberará os que se jactam de ter rompido a «frente nacional» que o Estado Novo reunia — «uns tantos, poucos, monárquicos» e «alguns católicos» — e apelava a «aguentar» e «prosseguir». Sempre em nome da política.

O que era, então, no seu conteúdo e alcance, essa política nacional de essência contraditória: feita por poucos para ser cumprida por todos, em si mesma alimentando-se da despolitização e da desmobilização das massas, mas, naturalmente, essencial para a existência e durabilidade do poder salazarista e dos interesses que ele congregava?

¹ *Idem, ibidem*, pp. 61-63.

² *Idem, ibidem*, p. 175.

³ *Idem, ibidem*, p. 245.

Curiosamente, no discurso salazarista, mesmo a política que interessava tinha diversas valorações e acepções numa escala de acesso crescentemente selectiva até se alcançar o restrito Olimpo dos «altos domínios da governação».

Desde logo, havia que distinguir: «é necessário a política no governo das nações, mas fazer política não é governar». Na realidade, escrevia o chefe do Governo, «durante muitos anos a política matou neste país a administração».¹ «Governar», sendo uma actividade que a política haveria de secundar, não se confundia com ela. Consistia na superior «definição dos objectivos a alcançar» e na «diária resolução dos problemas», era um labor técnico, científico e administrativo. Por isso, defendia que as assembleias legislativas, de natureza política, deveriam abandonar as suas funções legislativas a favor dos governos e dos seus departamentos de execução, pois, sendo essa actividade legiferante crescentemente técnica e especializada, era nos executivos fortes que se reuniam as competências para tal efeito. O «governo», o quotidiano da administração «técnica», só careceria da política «para obter a obediência voluntária dos homens, a adesão do seu espírito, a força do seu apoio, o contributo dos seus sacrifícios». Respondendo a António Ferro na primeira das suas entrevistas já citada, publicada em Dezembro de 1932, cinco meses após a indigitação para presidente do Ministério, Salazar deixava clara essa distinção: «A orientação, a responsabilidade política do governo diz respeito a duas pessoas do gabinete — ao chefe do Governo e ao ministro do Interior. Os restantes ministros têm preocupações técnicas demasiado importantes para serem obrigados a pensar ainda no problema político.»²

Havia, portanto, mesmo à sombra da «boa política», esta distinção entre técnica governativa e administrativa e «política»,

¹ *Idem, ibidem*, p. 72.

² Ferro, António, *Entrevistas...*, p. 27.

propriamente dita, que Salazar definia como o conjunto de meios «pelos quais a consciência pública é levada a um estado de adesão ou simples conformidade» com os objectivos da governação. Ou seja, política no sentido da doutrinação, da propaganda, da obtenção do tal «estado de adesão ou simples conformidade», acção que, lamenta, «foi em geral subalternizadora entre nós a outras preocupações», deixando a obra governativa do regime «bastante desacompanhada de acção política correspondente à sua importância e dificuldade».¹ Não obstante, o chefe do Governo tinha em relação a esta «política» — propaganda, como adiante voltaremos a ver — sentimentos contraditórios. Admitia a sua necessidade imprescindível atendendo à crise moral das sociedades, à rotura dos automatismos de obediência hierárquica dos países «bem organizados», por virtude da massificação das políticas e dos ventos pretéritos da «desordem», mas «lamentava sinceramente» que assim fosse, que o «factor político» se tivesse tornado tão relevante para o «destino da nação portuguesa». Para Salazar, a paz tranquila e ordenada da despolitização era a meta do bom governo. Recorrer à «política» era, portanto, uma triste necessidade dos tempos conturbados em que o Estado Novo se implantava.

Mas acima desta política/doutrinação/propaganda — que incumbiria sobretudo aos organismos da União Nacional e do Secretariado da Propaganda Nacional —, como que num terceiro escalão de importância crescente, situavam-se os altos desígnios do «problema político». Ou seja, aqueles que respeitavam ao essencial: à natureza e à organização do poder político. E quanto a isto, pelo menos desde 1930 ainda não presidia ao Governo, Salazar e os seus apoiantes não escondem aquilo em que pretendem transformar a «Ditadura Nacional». A 30 de Julho desse ano, sobrepondo-se à leitura do manifesto da

¹ Salazar, A. de Oliveira, *Discursos. Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, pp. 274 e 275.

União Nacional pelo então presidente do Ministério, General Domingos de Oliveira, Salazar apresenta *urbi et orbi*, já o referimos, os «princípios fundamentais da revolução política», ou seja, como também na altura lhes chamou, «os princípios fundamentais da nova ordem das coisas». Voltará a eles, glosando-os e precisando-os em vários discursos, notas officiosas e escritos nos anos 30, retomando-os na crise do fim da Segunda Guerra Mundial e sempre que a agitação interna os punha em causa. Mas a proclamação de Julho de 1930 — a arrancada do salazarismo para a tomada do poder dois anos depois — e o discurso do «Ano X», o dos «valores de Braga», os «princípios indiscutíveis» do regime apresentados a 28 de Maio de 1936 num comício em Braga (a «cidade santa da Revolução Nacional»), ficarão como uma espécie de repositório doutrinário fundamental do Estado Novo a que Salazar se manteria intransigente e rigidamente ligado para o resto da sua vida política.

«O maior problema político da nossa era»

Face às ameaças da «tempestade revolucionária que agita o mundo e ameaça os fundamentos da ordem social», qual era, então, para a corrente salazarista, «o maior problema político da nossa era»? A «questão política» que estava no cerne do sistema do governo a instalar pela «Revolução Nacional»?

Seria a integração da Nação autêntica, «os agrupamentos espontâneos dos homens à volta dos seus interesses ou actividades», no Estado¹. Esse era o grande desígnio, o Estado social e corporativo, organizador e representante da nação orgânica, sua fonte de legitimação autêntica e raiz da «ordem» e da estabilidade a reencontrar. «O primeiro dever dos governantes é o reconhecimento, é o sentimento profundo da realidade objectiva da nação portuguesa.»²

Mas o novo Estado que recebia, organizava corporativamente e tutelava sob o império do interesse geral, a nação de sempre, havia de recuperar a força e o prestígio perdidos para cumprir a sua missão: «deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento.» E não há estado forte «onde o poder Executivo o não é»³. Salazar dedicará largo espaço público, a partir do citado discurso

¹ Salazar, A. de Oliveira, *Discursos...*, vol IV, p. 381.

² *Idem, ibidem*, p. 344.

³ Salazar, A. de Oliveira, *Discursos...*, vol I, p. 81. Mais tarde, discursando na abertura da campanha eleitoral da União Nacional para a escolha de deputados à Assembleia Nacional, em 9 de Dezembro de 1934, Salazar alterará substancialmente a expressão para chegar onde queria: «Não há Estado forte onde o Governo o não é.» (*Ibidem*, p. 380)

de 1930, a defender o drástico reforço, independência, estabilidade e prestígio do Poder Executivo, ou mais precisamente, do Governo, designadamente em relação às assembleias legislativas e de natureza parlamentar. Dirá mesmo, levado pelos ardores vitoriosos da época dos fascismos e pelo ambiente ideológico de «fim da História» que, de algum modo, se anunciava, que «as Ditaduras não me parecem ser hoje parêntesis dum regime, mas elas próprias um regime», profetizando, após a morte que declarava já consumada da «economia liberal», que «a democracia parlamentar não tardaria a ter a mesma sorte». O mesmo aconteceria às assembleias legislativas na Europa.¹

É certo que a Assembleia Nacional saída do «compromisso constitucional» de 1933, eleita por sufrágio directo e com competência legislativa, «se ressentia até certo ponto de uma espécie de transigência com ideias correntes, ainda ao tempo com certo prestígio nascido mais de hábitos mentais que do seu valor próprio». Mas o seu lugar no sistema constitucional estado-novista é, desde o início, de clara subalternidade face ao Executivo: carece de real legitimidade representativa, pois é fruto de actos eleitorais forjados e não livres; funciona apenas três meses por ano (e, mesmo quando funciona, o Governo pode legislar); só aprova as «bases gerais dos regimes jurídicos» (a actividade legislativa e regulamentar normal caberá sempre ao executivo); não pode derubar o Governo (que é da exclusiva confiança do presidente da República e não responde perante a câmara); e o chefe de Estado tem o poder discricionário de dissolver a Assembleia. Como garantia Salazar, «mesmo com a câmara electiva não haverá já para nós parlamentarismo, isto é, discussões estéreis, grupos, partidos, lutas pela posse do poder na Assembleia Nacional».²

¹ *Idem, ibidem*, pp. 345-346 e p. 381.

² *Idem, ibidem*, p. 344.

É certo ser ela o órgão constitucional que, por virtude da sua génese compromissória, parece ao chefe do Governo, em Dezembro de 1934, estar «ainda sujeita a mais profundas modificações»¹, que nunca se darão na história do regime. Nem Salazar as pretendia tão decisivas como outros sectores, que desejavam passar para a Câmara Corporativa as funções legislativas da Assembleia Nacional. O ambiente democratizante do pós-Segunda Guerra Mundial travou esses intentos das correntes ultramontanas do regime.² Mas a ideia, a que o presidente do Conselho várias vezes aludirá, é a progressiva transformação da Assembleia Nacional numa assembleia puramente política da representação e de fiscalização, perdendo a favor do Governo as suas competências legislativas. Na realidade, perdia mais que isso: de acordo com o que Salazar ambicionava, a Assembleia Nacional tornar-se-ia, de órgão de soberania, numa espécie de Grande Conselho coadjuvante do regime, passando «a legítima representação nacional [a estar] destinada aos Governos, assistidos pelos seus funcionários» e com a elaboração da Câmara Corporativa na feitura das leis.³ É certo que a Assembleia Nacional nunca chegará a perder o seu estatuto de órgão de soberania com poderes de legislar, mas, na prática, ela assumirá sobretudo essa função de grande assembleia do regime, onde se faziam representar e se articulavam as suas várias sensibilidades políticas e de interesses, e onde reclamavam do Governo as suas pretensões, sempre respeitando rigorosamente o que era indiscutível: as grandes linhas da governação, os fundamentos políticos e ideológicos do Estado Novo e a fidelidade ao seu chefe.

¹ *Idem, ibidem*.

² Cf. Carvalho, Rita, *Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa, ed. Assembleia da República / Afrontamento, 2002, p. 17.

³ «Lição de Salazar para Reunião dos Governadores Civis. Sala de Conselho de Estado — no Palácio de S. Bento — às 17 horas do dia 8-X-1942. Segundo os apontamentos do Governador Civil de Vila Real», in Carvalho, Rita, *ibidem*, p. 287.

Aliás, o que o chefe do regime pensava sobre o alcance desses poderes de representar e fiscalizar da Assembleia Nacional — segundo ele, as suas verdadeiras funções — di-lo-á, melhor do que em qualquer outra ocasião, num texto, talvez por isso mesmo nunca tornado público durante a vigência do Estado Novo, fixado a partir de uma sua alocução aos governadores civis, a 8 de Outubro de 1942, nas vésperas das eleições desse ano para a Assembleia Nacional.¹

Depois de explicar que em cada regime político os Estados têm o seu «polarizador» (as Cortes nas monarquias constitucionais, o chefe de Estado nas repúblicas presidencialistas, o Parlamento nas repúblicas parlamentares), precisava: «Nós temos o Governo. Do passado político, entre nós, faz-se a transferência do *polarizador parlamento* para o *polarizador governo*.»

Postas assim as coisas, estando o Governo no centro do sistema dos poderes, e remetida desejavelmente a Assembleia Nacional, como vimos, para a sua função de «assembleia política», Salazar avisa, sem rodeios, os Governadores Civis do que se pretende das eleições a vir: se se considera que a Assembleia Nacional a eleger representa a opinião pública, «o Parlamento, então, será a *voz da Nação*, que não pode nem deve ser diferente da *voz do Governo* nos pequenos e grandes problemas do país». Assim sendo, «precisará de ser uno em tudo o que diga respeito à doutrina política da Nação, e solidário com o Governo naquilo que exija disciplina e obediência aos princípios informadores que servem e defendem o interesse nacional». E para que não restassem dúvidas rematava: «Em suma, o parlamento que vamos eleger terá que ser um auxiliar do Governo na preparação de uma força nacional, de um ambiente propício, isto é, de uma opinião pública.»²

¹ Ver nota anterior.
² *Idem*, pp. 284 a 286.

Determinada a natureza do poder político e o sistema de governo em harmonia com tais «critérios de política superior», percebe-se um regime que, desde o seu início, está essencialmente dependente do apoio das Forças Armadas para «manter a ordem» — e durar. E que funciona assente numa administração altamente concentrada e hierarquizada, onde tudo o que é importante se decide no topo de acordo com o «princípio ditatorial» de que «muitos preparem, um só resolva e faça executar com meios bastantes».¹ Uma típica «ditadura de chefe de governo» como lhes chamarão os actuais constitucionalistas ou cientistas políticos.

Não nos esqueçamos que Salazar, em tempo de menos peso da máquina burocrática, no vigor da idade e talvez pouco confiante nas capacidades dos seus homens de maior confiança, entre 1936 e 1940 (Guerra Civil de Espanha e início da Segunda Guerra Mundial), além da Presidência do Conselho, acumulará as pastas ministeriais da Guerra, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças. Além disso, despachava regular e pessoalmente com o director da Polícia Política. Nada, fosse grande ou mais pequeno, lhe escapava da vida do regime, da administração e do país.

Em seu redor, neste Olimpo da «alta política», circulava a nata, a elite do regime, um grupo restrito e de difícil acesso girando promiscuamente entre os altos cargos políticos e as administrações das empresas. Ao contrário do que faz constar uma difundida lenda urbana recente, Salazar inaugurará o hábito, quase uma praxe, de compensar os seus servidores mais chegados com substanciosos lugares no mundo dos negócios ou nas boas sinecuras do Estado. Era o tal «escol da verdadeira cultura de boa formação» a quem cabia a «directão superior do Estado e da vida nacional», sem a qual não «se poderia pretender avançar nem sequer manter as conquistas realizadas». As «camadas selectas» que se afirmavam nos «altos domínios da governação

¹ Salazar, Oliveira, *Discursos...*, vol. I, p. 371.

e do espírito, da técnica ou do trabalho»¹, formadas nas universidades, caminho por excelência da sua reprodução e porta de acesso ao apertado funil da selecção social e política que conduzia ao topo. Quase todos seriam sucessiva ou alternadamente membros do Governo, deputados, diplomatas (de carreira ou não), dirigentes corporativos ou da União Nacional, chefes das milícias do regime, membros de conselhos fiscais ou de administração, ou administradores por parte do Estado, da banca ou de grandes empresas do comércio e indústria em Portugal e nas colónias, catedráticos, chefes militares, procuradores à Câmara Corporativa, etc. Constituíam o núcleo duro e essencialmente estável do alto pessoal político do regime que só a erosão do tempo e correlativas renovações, ou algumas pontuais caídas em desgraça, foram actualizando.

Sobre essa corte informal reinava solitariamente Salazar enquanto chefe do Governo, mais precisamente, enquanto árbitro supremo e supremo decisor do regime, isto é, naquilo que ele interpretava como sendo o «interesse nacional».

Solitariamente não quer dizer atrabiliariamente. Pelo contrário, a decisão final, que era sua, balanceava-se frequentemente num intrincado e moroso processo de consultas, equilíbrios e prudências, sempre determinados pelos critérios prioritários da segurança e da durabilidade do regime. Talvez o mais inabalável dogma ideológico da vida política do chefe do Estado Novo tenha sido precisamente esse: o de que o «interesse nacional» e a durabilidade do regime eram uma e a mesma coisa, e de que tudo a ela se devia submeter enquanto lógica estruturante de todas as lógicas políticas, económicas ou sociais de governação. Saber durar seria, sem dúvida, a arte suprema do ditador.

¹ Salazar, A. de Oliveira, «Duas Palavras de Prefácio», in *Discursos...*, vol. II, p. XXI.

Essa tecitura da decisão política não a fará Salazar em nenhum órgão de Governo ou de partido em especial, muito menos por votação no seu seio. Com os anos, o Conselho de Ministros vai reunindo cada vez mais espaçadamente.¹ O presidente do Conselho despacha directamente com os seus ministros (quando acha oportuno recebê-los...) e só convoca o Conselho para o ouvir a título consultivo acerca de momentos ou de decisões cruciais na vida do país e do regime (por exemplo: a cedência das bases dos Açores à Grã-Bretanha em 1943; o balanço da situação pós-eleitoral no fim da Guerra, em 1945 e 1946; a adesão à NATO em 1949; a situação criada pela crise estudantil, em Abril de 1962). Ainda menos consulta a Comissão Executiva da União Nacional, senão apenas para a escolha dos candidatos da União Nacional à Presidência da República ou para finalizar e corrigir o delicado cozinhado das listas do partido único para deputados.² Mais frequentemente a convoca para que ouça, em sessão solene, os seus discursos sobre o momento político. Em ambos os casos, o chefe do Governo escuta, raramente se pronuncia, raramente se estabelece confronto de posições e, no fim, fora das reuniões formais, toma a decisão que, mesmo por vezes, não sendo exactamente a sua, entende ser mais conveniente para os equilíbrios e interesses no regime e, portanto, no país.

No entanto, o processo de consulta transcende as decisões desses órgãos do Governo e do partido. Dentro, e normalmente fora, do Conselho de Ministros ou da Comissão Executiva da União Nacional, o chefe do regime ouve regularmente uma espécie de conselho consultivo informal (alguns chamam-lhe o «politburo») formado por homens da sua confiança política pessoal,

¹ Cf. Acerca do estilo de governação de Oliveira Salazar, o excelente retrato da autoria de Adriano Moreira, *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina, 2008, p. 163 e segs.

² Cf. Santos, José Reis, *Salazar e as Eleições, Um Estudo Sobre as Eleições Gerais de 1942*, Lisboa, ed. Assembleia da República, 2011, p. 83 e segs.

mesmo tendo, com alguns deles, divergências mais ou menos conjunturais.

São velhos e fiéis companheiros do Centro Católico e/ou ex-colegas e alunos da Universidade de Coimbra (Quirino de Jesus, Mário de Figueiredo, José Nosolini, Costa Leite *Lumbrales*), intelectuais de sangue na guelra oriundos do Integralismo Lusitano (Pedro Teotónio Pereira, Marcelo Caetano, João Ameal), homens da direita republicana que o seguirão lealmente o resto da vida (Bissaia Barreto, Albino dos Reis, Duarte Pacheco, Mário Paes de Sousa), chefes militares que garantirão o controlo político do Estado Novo sobre a tropa (Santos Costa, Câmara Pina, Gomes de Araújo, Mário Silva), homens de negócios bem-sucedidos que fazem a ponte com a «direita dos interesses» (Ricardo Espírito Santo, Caeiro da Mata, Queirós Pereira, Sebastião Ramires), ou diplomatas com quem articula em diferentes momentos a política externa do regime e não só (Teixeira de Sampaio, Marcelo Matias, e Franco Nogueira, confidente na fase final da sua vida política, essencialmente concentrada nos aspectos políticos, militares e diplomáticos da guerra colonial). Neste período crescem de importância junto de si homens mais jovens como Correia d'Oliveira, a quem delega, como ministro de Estado, a direcção dos assuntos económicos e financeiros, ou Supico Pinto, colaborador mais antigo, que o ajuda a remodelar os governos quando o velho ditador, crescentemente isolado, deixa de ter capacidade e paciência para procurar e recrutar os novos valores do regime.

Mas para chegar a tão largo, tão longo e tão concentrado mando num homem que durou quase meio século à cabeça do poder, foi preciso começar por tomá-lo. E compreender como o tomou é a primeira condição para perceber como o conservou.

CAPÍTULO II

Tomar o poder

A tempestade revolucionária, que agita o mundo e ameaça os fundamentos da ordem social, impõe, como primeira de todas as necessidades, a de lançar mão do poder público, a conquista do Estado e a defesa intransigente das posições de ordem. Para quem tem amor à Pátria e aos princípios fundamentais da nossa civilização, isto está hoje no começo de tudo.

A. DE OLIVEIRA SALAZAR¹

Bibliografia

- AA.VV., *60 Anos de Luta*, Lisboa, Avante!, 1982.
- AA.VV., *Dossier Tarrafal*, Lisboa, Avante, 2008.
- AA.VV., *Os Donos de Portugal. Cem Anos de Poder Económico (1910-2010)*, Porto, Afrontamento, 2010.
- AA.VV., *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vols. I e II, Lisboa, Fragmentos, 1987 e 1988.
- AFONSO, Aniceto, *História de Uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- ALHO, Albérico Afonso Costa, F.P.A. — *A Fábrica Leccionada. As Aventuras Tecnocatólicas no Ministério das Corporações*, Lisboa, Profedições, 2008.
- ALMEIDA, João Miguel, *A Oposição Católica ao Estado Novo, 1958-1974*, Lisboa, Nelson de Matos, 2008.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand, 1995.
- ANTUNES, Carla, e MARTINS, Suzana, *A Tentativa da Revolta da Sé*, Dissertação de Licenciatura apresentada à FCSH/UNL, 1996 (policopiado).
- ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar — O Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.
- IDEM, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- ARAÚJO, António de, *A Lei de Salazar*, Lisboa, Tenacitas, 2007.
- BARATA, Manuel Themudo, e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar*, vols. 4 e 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- BARRETO, António, e MÓNICA, Filomena, *Dicionário de História de Portugal. Suplementos (1926-1974)*, 3 vols., Porto, Figueirinhas, 1999/2000.
- BARRETO, José, *Religião e Sociedade. Dois Ensaios*, Lisboa, ICS, 2002.
- BURRIN, Philippe, «Hitler et le nouvel homme nazi», Comunicação ao colóquio internacional *L'homme nouveau dans l'Europe fasciste (1930-1945)*, Paris, CHEVS, 2000.
- CAETANO, Marcelo, *A Missão dos Dirigentes. Reflexão e Directivas pelo Comissário Nacional*, Lisboa, Mocidade Portuguesa, 1942.
- IDEM, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977.

- CALDEIRA, Alfredo, e TAVARES, Álvaro Dantas (coord.), *Memória do Campo de Concentração do Tarrafal*, Lisboa, Fundação Mário Soares / Fundação Amílcar Cabral, 2009.
- CAMPINOS, Jorge, *A Ditadura Militar, 1926-1933*, Lisboa, D. Quixote, 1975.
- CARRILHO, Maria, «A projectada Liga Republicana e as últimas tentativas dos liberais contra a instrumentalização do Estado Novo», in AA.VV., *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 179-187.
- CARVALHO, Rita Almeida de, *Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa, Assembleia da República / Afrontamento, 2002.
- IDEM, *A Concordata de Salazar: Portugal-Santa Sé 1940*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH/UNL, Lisboa, 2010 (texto policopiado).
- IDEM (org.), *Correspondência Política entre Oliveira Salazar e o Cardeal Cerejeira*, ed. Temas e Debates, Lisboa, 2010.
- CASTRO, Pedro Jorge, *Salazar e os Milionários*, Lisboa, Quetzal, 2009.
- CATROGA, Fernando, «Transição e ditadura em Portugal nos primórdios do século XX», in MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974. Transição Política em Perspectiva Histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, pp. 31-95.
- CEREZALES, Diego Palacios, *Portugal à Coronada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-china, 2011.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, Sextante, 2009.
- Constituições Portuguesas. 1822, 1826, 1838, 1911, 1933*, Lisboa, Assembleia da República, 2004.
- COSTA, Eduardo Freitas da, *História do 28 de Maio*, Lisboa, Templo, 1979.
- COSTA, José Ribeiro da, *Óscar Carmona (1869-1951). Elementos para o Estudo Biográfico do Primeiro Presidente da República do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL, 1990 (texto policopiado).
- CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980.
- IDEM, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.
- IDEM, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio, 1998.
- D'ORS, Eugénio, «Prefácio à edição espanhola», in FERRO, António, *Salazar: O Homem e a Sua Obra*, Aveiro, Fernando Pereira, 1982.
- DELGADO, Iva, *Braga Cidade Proibida. Humberto Delgado e as Eleições Presidenciais de 1958*, Braga, Governo Civil de Braga, 1998.
- DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos, e FARIA, Telmo (coord.), *Humberto Delgado: As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.

- Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 147, 27 de Novembro de 1937; n.º 175, 24 de Março de 1938; II Legislatura, n.º 89, 27 de Maio de 1940.
- FARIA, Cristina, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Colibri, 2000.
- FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva e Salazar*, Lisboa, Bertrand, 2009.
- FARIA, Telmo, «Quem tem a tropa...», in DELGADO, Iva (coord.) et. al., *Humberto Delgado: As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.
- IDEM, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*, Lisboa, Cosmos / Instituto de Defesa Nacional, 2000.
- FARINHA, Luís, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde*, Lisboa, Assembleia da República / Texto Editores, 2009.
- IDEM, *O Revirvalho — Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926/1940)*, Lisboa, Estampa, 1998.
- FELICE, Renzo de, *Entrevista sobre Fascismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- FERRAZ, Ivens, *A Ascensão de Salazar* (Prefácio e Notas de César Oliveira), Lisboa, O Jornal, 1988.
- FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos no Século XX*, Lisboa, Estampa, 1992.
- FERRO, António, «Política do Espírito», in *Diário de Notícias*, 21 de Novembro de 1932.
- IDEM, *D. Manuel II: O Desventurado*, Lisboa, Bertrand, 1954.
- IDEM, *Salazar, o Homem e a Sua Obra*, Lisboa, Fernando Pereira, 1982.
- IDEM, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2003.
- FREIRE, Dulce et al., *Mundo Rural. Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisboa, Colibri, 2004.
- FREIRE, Dulce, FONSECA, Inês, e GODINHO, Paula, «O dilema do Estado Novo: A criação de uma verdadeira polícia rural ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la», in *Arquivos da Memória*, Centro de Estudos da Etnologia Portuguesa, n.º 3, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 35-50.
- FREIRE, João, *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992.
- FREITAS, Vicente de, «Exposição ao Presidente da República», in *O Século*, 12 de Fevereiro de 1933.
- GARRIDO, Álvaro, *O Movimento Estudantil e a Crise do Estado Novo. Coimbra 1962*, Coimbra, Minerva História, 1996.
- IDEM, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- IDEM, *Economia e Política das Pescas Portuguesas*, Lisboa, ICS, 2006.

- GONÇALVES, H. de Assis, *Relatórios para Oliveira Salazar: 1931-1939*, Lisboa, Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista / Presidência do Conselho de Ministros, 1981.
- HENRIQUES, Raquel Pereira, *António Ferro: Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990.
- JANEIRO, Helena, *A Revolta de Angola de 1930*, Lisboa, FCSH/UNL, 1992 (texto dactilografado).
- LEAL, ERNESTO CASTRO, *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- IDEM, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Cosmos, 1999.
- LEAL, FRANCISCO CUNHA, *As Minhas Memórias*, vol. III, Lisboa, ed. Autor, 1968.
- LOFF, Manuel, *O Nosso Século é Fascista! O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras, 2008.
- LOFF, Manuel, e SIZA, Teresa (coord.), *Resistência: Da Alternativa Republicana à Luta contra a Ditadura (1891-1974)*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações para o Centenário da República, 2010.
- LOPES, Joana, *Entre as Brumas da Memória. Os Católicos Portugueses e a Ditadura*, Lisboa, Âmbar, 2006.
- LOURENÇO, Gabriela et al., *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura 1956-1974*, Lisboa, Âncora Editora e Associação 25 de Abril, 2001.
- LUCENA, Manuel, «Corporatisme au Portugal, 1933-74», in OLIVEIRA, Pedro Aires, e REZOLA, Maria Inácia (coord.), *O Longo Curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010, pp. 175-225.
- MADEIRA, João, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Estampa, 1996.
- MADEIRA, João (coord.), PIMENTEL, Irene Flunser, e FARINHA, Luís, *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000.
- MANOILESCU, Mihail, *Le siècle du corporatisme*, Paris, Alcan, 1936.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar, 1927-1928*, Lisboa, Europa-América, 1976.
- MARTELO, David, *A Espada de Dois Gumes. As Forças Armadas do Estado Novo*, Lisboa, Europa-América, 1999.
- MARTINS, Fernando (org.), *A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo. As Décadas de 1930 e 1940*, Lisboa, Colibri, 2012.
- MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, ICS, 1998.
- MARTINS, Susana, *A Conspiração da Sé*, Trabalho no âmbito da Licenciatura em História, apresentado à FCSH/UNL, 1996 (texto policopiado).
- IDEM, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Casa das Letras, 2005.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004.
- MATOS, Helena, *Salazar — A Construção do Mito*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.
- IDEM, *Salazar — A Propaganda*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- MATOS, Luís Salgado, *Um «Estado de Ordens» Contemporâneo — A Organização Política Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento apresentada ao ICS/UL, Lisboa, 1999 (texto policopiado).
- MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- IDEM (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, col. «Biblioteca de História», Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MEDINA, João, *Salazar e os Fascistas. História de um Conflito (1932-1935)*, Lisboa, Bertrand, 1978.
- MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular: 1933-1958*, Lisboa, ICS, 2001.
- MENESES, Filipe Ribeiro, *Salazar*, Lisboa, Dom Quixote, 2010.
- MONTEIRO, Armindo, *Para Uma Política Imperial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, s.d.
- MOREIRA, Adriano, *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina, 2008.
- NEVES, Helena, e CALADO, Maria, *O Estado Novo e as Mulheres. O Género com Investimento Ideológico e de Mobilização*, Lisboa, C.M. Lisboa, 2001.
- NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-china, 2008.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Salazar*, vols. I e II, Coimbra, Atlântida, 1977.
- IDEM, *Salazar*, vol. III, Porto, Civilização, 1981.
- IDEM, *Salazar*, vols. III a VI, Porto, Livraria Civilização, 1978, 1980, e 1985.
- NÓVOA, António, «Educação nacional», in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Presença, 1992, pp. 456-519.
- IDEM, «Ensino universitário», in ROSAS, Fernando, e BRITO, J.M. Brandão de, (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 305-307.
- NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar. Dois Anos de História Política Contemporânea*, Lisboa, [s.n.], 1928.
- OLIVEIRA, César de, *Salazar e o Seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991.
- Ó, Jorge Ramos do (org. prefácio e notas), *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar; (1934-1950)*, vol. I, Lisboa, C.L.N.S.R.F./P.C.M., 1988.
- IDEM, *O Lugar de Salazar*, Lisboa, Alfa, 1990.

- IDEM, *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito»: 1933-1949*, Lisboa, Estampa, 1999.
- PACHECO, Carneiro, «Declarações de Sua Excelência o Ministro da Instrução Pública no acto de posse» e «Na recepção ao pessoal do ensino primário», in *Escola Portuguesa*, ano II, n.º 69, Fevereiro 1936.
- PAÇO, António (coord.), *A Ascensão de Salazar (1926-1932)*, vol. I, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008.
- PATRIARCA, Fátima, «Diário de Leal Marques sobre a formação do primeiro Governo de Salazar — apresentação», in *Análise Social*, vol. XLI (178), 2006, pp. 169-222.
- IDEM, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, vols. I e II, Lisboa, INCM, 1995.
- IDEM, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000.
- PAULO, Heloísa, e JANEIRO, Helena Pinto (coord.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949, 60 Anos Depois*, Lisboa, Colibri/IHC da FCSH/UNL, 2010.
- PEDRO, Edmundo, *Memórias, Um Combate pela Liberdade*, Lisboa, Âncora, 2007.
- PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra. Estudos sobre a Clandestinidade Comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993.
- IDEM, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. Daniel, o Jovem Revolucionário*, vol. 1, Lisboa, Temas e debates, 1999.
- PEREIRA, Pedro Theotónio, *Memórias*, vols. I e II, Lisboa, Verbo, 1973.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.
- IDEM, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.
- PINTO, António Costa, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu*, Lisboa, Estampa, 1992.
- IDEM, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Estampa, 1994.
- IDEM (org.), *Governo em Ditadura. Elites e Decisão Política nas Ditaduras da Era do Fascismo*, Lisboa, ICS, 2012.
- PINTO, António Costa, e RIBEIRO, Nuno Afonso, *A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936)*, Lisboa, ed. História Crítica, 1980.
- PINTO, Maria José (org.), *Correspondência Marcelo Mathias/Salazar 1947/1968*, Lisboa, Difel, 1984.
- Presos Políticos no Regime Fascista*, vols. I a VI, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (CLNSRF), 1982-1987.
- RABBY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, Lisboa, Salamandra, 1990.
- RAMOS, Gustavo Cordeiro, *Os Fundamentos Éticos da Escola no Estado Novo*, Lisboa, União Nacional, 1937.

- RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Estampa, 1998.
- REIS, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, vols. IV e V, Lisboa, Alfa.
- REIS, Bruno Cardoso, *Portugal e a Santa Sé no Sistema Internacional (1910-1970)*, Análise Social, Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais, separata do vol. XXXXVI, Inverno de 2002.
- Relatório de E. S. Crooker, NA/SD n.º 813 00, PR/216, de 28 de Setembro de 1944.
- Relatórios do Embaixador Britânico, PRO/FO n.º 371/14 151, de 15 de Julho de 1929; n.º 371/15 758, de 18 de Abril de 1931; n.º 371/15 758, de 14 de Julho de 1931; n.º 371/15 758, de 12 de Julho de 1931; n.º 371/15 758, de 22 de Agosto de 1931.
- REZOLA, Maria Inácia, *Fotobiografias Século XX. António de Oliveira Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- IDEM, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo (1931-1948)*, Lisboa, Estampa, 1999.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Estampa, 1995.
- IDEM, *O Debate em Torno do Projecto de Constituição do Estado Novo na Imprensa de Lisboa e Porto. 1932-1933*, Lisboa, 1990 (texto dactilografado).
- RODRIGUES, Edgar, *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura. Portugal 1922-1939*, Lisboa, Sementeira, 1991.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Lisboa, Estampa, 1996.
- IDEM, «A Legião Portuguesa no espectro político nacional (1936-1939)», in *Penélope*, n.º II, 1993, pp. 21-36.
- ROLLO, Maria Fernanda, «Desmandos da organização corporativa e reencontros do corporativismo no rescaldo da Segunda Guerra. O inquérito à organização corporativa de 1947», in ROSAS, Fernando, e GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismo, Estado Novo*, Lisboa, Almedina, 2012.
- IDEM, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos Anos 50*, Lisboa, Min. Neg. Estrangeiros/ID, 2007.
- ROSAS, Fernando, «A Igreja em Portugal nos Anos 40», in *História*, n.º 46, 1982, pp. 2-17.
- IDEM, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, O Jornal, 1985.
- IDEM (org., prefácio e notas), *Correspondência de Mário Figueiredo e Oliveira Salazar*, Lisboa, C.L.N.S.R.F./P.C.M., 1986.
- IDEM, *O Estado Novo nos Anos Trinta*, Lisboa, Estampa, 1986.
- IDEM (org., prefácio e notas), *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vols. I a IV, Lisboa, C.L.N.S.R.F./P.C.M., 1987 a 1991.
- IDEM (org., prefácio e notas), *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Lisboa, C.L.N.S.R.F./P.C.M., 1987.

- IDEM, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, n.º 13, Série II (Abril, 1989), pp. 21-29.
- IDEM, *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Lisboa, Estampa, 1990.
- IDEM (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Presença, 1992.
- IDEM (dir. científica), *Norton de Matos. Uma Oposição Indomada e Indomável. Campanha Eleitoral do General Norton de Matos. 1948/1949*, Biblioteca Museu República e Resistência / Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
- IDEM, *O Estado Novo, 1926-1974*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Estampa, 1998.
- IDEM, «O Marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo», in BRITO, José Maria Brandão de (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império. Revolução e Democracia*, vol. 1, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 15-59.
- IDEM, *Salazarismo e Fomento Económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- IDEM, «Uma desordem perfumada», prefácio in GARNIER, Christine, *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2002.
- IDEM, *Portugal no Século XX. Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- ROSAS, Fernando, e BRITO, J.M. Brandão de, (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996.
- ROSAS, Fernando, e GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismo, Estado Novo*, ed. Almedina, Coimbra, 2012.
- ROSAS, Fernando (coord.), PIMENTEL, Irene F., MADEIRA, João, FARINHA, Luís, e REZOLA, Maria Inácia, *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2009.
- ROSAS, Fernando, e PIMENTEL, Irene Flunser (coord. científica), *Aljube. A Voz das Vítimas*, Lisboa, Fundação Mário Soares / Instituto de História Contemporânea / UNL / «Não Apaguem a Memória», 2011.
- ROSAS, Fernando, e SIZIFREDO, Cristina, *Demissões Políticas das Universidades Portuguesas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china (no prelo).
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos (1928 a 1934)*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora (3.ª edição) 1939.
- IDEM, *Discursos. Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.
- IDEM, *Discursos. Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, Coimbra, Coimbra Editora, 1943.
- IDEM, *Discursos. Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951.
- IDEM *Discursos e Notas Políticas (1951-1958)*, vol. V, Coimbra, Coimbra Editora, 1959.
- IDEM, *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, vol. VI, Coimbra, Coimbra Editora, 1967.

- SANTOS, José Reis, *Salazar e as Eleições, Um Estudo sobre as Eleições Gerais de 1942*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.
- SANTOS, Paula Borges, *A Questão Religiosa no Parlamento*, vol. III, 1935-1974, Lisboa, Assembleia da República, 2011.
- IDEM, *A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974). Estado, Leis, Governação e Interesses Religiosos*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH/UNL, Lisboa, 2012 (texto policopiado).
- SERAPIGLIA, Daniele, *La Via Portoghese al Corporativismo*, Roma, Carocci, 2011.
- TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, vol. II, Lisboa, Vega, 1991.
- IDEM, *Portugal e a NATO — O Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa, Cosmos, 1996.
- TORGAL, Luís Reis, *As Aparições de Fátima. Imagens e Representações, 1917-1939*, Lisboa, Temas e Debates, 2002.
- IDEM, *Estados Novos, Estado Novo*, vols. I e II, Coimbra, IUC, 2009.
- TRINDADE, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política*, Lisboa, ICS, 2008.
- VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Colibri/INATEL, 1999.

SALAZAR E O PODER

foi composto em caracteres Hoefler
Text e impresso pela Guide, Artes Grá-
ficas, sobre papel Coral Book de 80 g,
numa tiragem de 2500 exemplares, no
mês de Novembro de 2012.